

REVISTA DE HISTÓRIA DAS IDEIAS

O MARQUÊS DE POMBAL E O SEU TEMPO

Tomo I



INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS
FACULDADE DE LETRAS

COIMBRA 1982

NOTA INTRODUTÓRIA

ACERCA DO SIGNIFICADO DO POMBALISMO

Ao abrir este volume que a Revista de História das Ideias dedica ao 2.º Centenário da Morte do Marquês de Pombal é oportuno perguntar: o que significou a acção de Pombal na história portuguesa e quais os limites da sua inserção no contexto europeu? Ou, dado que a acção do Ministro de D. José tem o sentido de um movimento, com o seu quê de coerente e de contraditório, poderemos formular a questão de outro modo mais expressivo (embora quiçá mais discutível): o que foi efectivamente o «Pombalismo»?

Apesar da relativa importância da historiografia pombalina, trata-se ainda hoje de um problema muito complexo, cujas respostas se arriscam a redundar em discursos estereotipados. Com estas breves reflexões introdutórias, apenas desejamos, pois, apresentar alguns elementos clarificadores das linhas de contorno da questão.

Começemos por dizer — conforme tem sido muitas vezes repetido — que o Marquês de Pombal é uma personalidade polémica. É daquelas figuras que constantemente suscita a adesão ou a repulsa das ideologias políticas e o desejo de fazer a seu respeito «revisões históricas», que muitas vezes nada têm de científico.

No seu governo e após a sua queda surgiram em catadupa críticas a seu respeito. Por exemplo, nas nossas bibliotecas há muitas poesias manuscritas do tempo que atacam ferozmente a sua acção. É algo de idêntico ao que se passa em França com as «mazarinades», que constituem libelos violentos contra o Cardeal Mazarino. Mas, quando se tornou oportuno, as acusações ao Marquês intercalaram com defesas apaixonadas.

Já durante a primeira fase do liberalismo os campos começam a definir-se. Verifica-se a tendência dos liberais para elogiar a acção de Pombal, ao passo que — ressaltando raras excepções — a corrente tradicionalista e contra-revolucionária se situa na posição contrária. Mas a polémica acende-se sobretudo por altura do 1.º Centenário da sua morte, em 1882, dois anos depois das Comemorações Camoneanas. Então Pombal foi homenageado pelos republicanos, que particularmente dinamizaram os centenários, e também por certos sectores liberais, e foi considerado como uma cunha ao serviço do liberalismo e da democracia, e das concepções laicistas, contra o ultramontanismo. Entretanto as forças católicas, em certos casos ligadas à corrente legitimista, estigmatizaram a sua acção, apodando-a de revolucionária, franco-maçónica e irreligiosa.

E não ficou por aqui esta discussão ideológica do pombalismo — ela continuou de forma mais ou menos viva no nosso século. E, se bem que as forças progressistas deixassem a pouco e pouco de estar interessadas em glorificar o Ministro todo-poderoso, sectores tradicionalistas, que vindos do Integralismo Lusitano penetraram no Salazarismo, continuaram a atacar Pombal, considerando-o, em termos ideológicos, como o revolucionário destruidor da Tradição. João Ameal, o divulgador da história de Portugal consagrado pelo regime, retomando a ideia de António Sardinha, que considerava o Ministro como o «batedor da Revolução individualista», chama significativamente ao reinado de D. José a «Monarquia da tábua rasa», que — segundo ele — preparou a «centúria funesta», ou seja, o século XIX, o século do liberalismo.

Mas, em boa verdade, no próprio período salazarista esta imagem começou a desvanecer-se — de resto, em contraste com ela desenhava-se também a figura do Marquês como símbolo da autoridade governamental, defensor da «ordem», que era naturalmente também cara ao regime — e, a pouco e pouco, o Pombalismo deixou de ser tratado como «coisa política», para ser cada vez mais objecto de reflexão científica.

Estas atitudes ideológicas relativamente à acção do Ministro — que por vezes emitem opiniões que nos fazem sorrir pelo seu carácter de mistificação — não deixam, todavia, de apontar para um problema que ainda hoje interessa ao historiador. Consiste ele em saber até que ponto o pombalismo, bem como todos os «despotismos esclarecidos», constitui uma etapa de transição do absolutismo para o liberalismo.

Com efeito, foi esse o lugar que lhe concederam, nos seus discursos partidários ou na sua historiografia particularmente marcada pelos posicionamentos políticos, os defensores da Liberdade e os prosélitos da Tradição, numa coincidência

curiosa. A ideia de Sardinha de que Pombal tinha sido o «batedor da Revolução individualista» não difere, substancialmente, embora se diferencie pela intenção ideológica, da interpretação apresentada anos atrás por Latino Coelho, no âmbito das Comemorações de 82, de que ele significava a «Revolução inconsciente».

Ao historiador do Pombalismo como Pombalismo, e não da sua interpretação ao longo da História, poderão não interessar os aspectos ideológicos dos juízos políticos sobre Pombal, mas importa-lhe, todavia, interrogar-se acerca do alcance e dos limites das reformas pombalinas, não só no tempo em que se manifestaram, como também na época seguinte. Aliás, não será apenas por uma mera artificialidade que os liberais e depois os republicanos e, por outro lado, os tradicionalistas de vários matizes, apresentaram a acção do Marquês como «revolucionária» ou «para-revolucionária». É correcto, portanto, perguntar, por exemplo, até que ponto as suas medidas contribuíram para a estruturação de uma burguesia intelectual, funcionária e económica capaz de ir a pouco e pouco tomando consciência da sua importância no xadrez político; até que ponto as suas posições foram fundamentais para que surgisse uma nobreza de novo extracto e um clero regalista capazes de pensarem as instituições políticas fora da esfera de um absolutismo tradicional e de uma Igreja politicamente determinada por Roma; ou até que ponto as novas orientações do ensino terão contribuído para abrir as mentalidades às novas realidades político-culturais. É evidente que é descabido apresentar Pombal — conforme o fizeram tanto alguns republicanos, como alguns tradicionalistas do fim do séc. XIX — como um livre-pensador, um liberal ou até um democrata, mas constitui um problema para a História-Ciência saber se o Pombalismo teve realmente ou não um papel fundamental na emergência do liberalismo. Para isso é, pois, necessário não só estudar o sentido das reformas pombalinas, como também verificar até onde foi a sua persistência e se foi ou não seminário de novas concepções ou se, ao contrário, se malograram no período mariano, conhecido (talvez impropriamente) por «viradeira».

Mas a primeira questão que tem de se colocar é efectivamente a de saber se o Pombalismo é ou não, em si mesmo, um movimento «revolucionário», naturalmente no sentido «iluminista», no sentido «reformista», com o significado de uma «revolução pacífica». Este problema terá, porém, de ser analisado com profundidade e complexidade. Não pode entender-se, por exemplo, em função do que Pombal pensava de si próprio, da sua própria acção, ou em função do que os outros pensa-

riam dela. Se tomássemos como referência o juízo de Voltaire, Pombal jamais se poderia considerar um «iluminado». É fundamental analisar estas opiniões, mas saber devidamente interpretá-las. E é necessário estar precavido em relação às contradições que se encontram no Pombalismo, como em qualquer acção dos chamados «déspotas esclarecidos», sob pena de corrermos o risco de o explicarmos através de meias-verdades. Foi essa afinal a via lógica que levou às interpretações sistémicas, de cunho político mas também de aceção historiográfica.

A consciência da complexidade do problema divisa-se melhor quando analisamos algumas reflexões de historiadores que se dedicaram ao estudo do «iluminismo» e do «despotismo esclarecido» em várias latitudes. Uma das questões equacionadas é a de saber se é ou não correcto utilizar exactamente a expressão «despotismo esclarecido». François Bluche, no seguimento de Pierre Gaxotte, perguntava se, na realidade, seria correcto agrupar sob a mesma designação políticos tão diferentes, como aqueles que assim costumam ser definidos — Frederico II, Catarina II, Maria Teresa, José II, Carlos III, Kaunitz, Pombal, Tanucci, etc. —, que governaram em países tão distintos. A diversidade dos «despotismos esclarecidos», como dos «iluminismos», é pois uma realidade evidente. Por outro lado, o historiador inglês Matthew-Anderson coloca outra questão relativamente ao «despotismo iluminado»: entende que os governantes que o representam não se comportam na prática como «iluminados», pois seriam politicamente irrealizáveis os princípios das «luzes», mas agem antes determinados pelas forças económicas, políticas e militares em presença. Assim, mais do que uma política nova, eles põem em prática «uma política já antiga».

Estas reflexões mostram-nos, efectivamente, como todos os «despotismos esclarecidos» ou «absolutismos esclarecidos» — expressões que os historiadores continuam, apesar de tudo, a usar — estão cheios de incoerências, para além do facto de cada um ter a sua própria individualidade.

Retomando a ideia, uma das questões que dominante-mente se coloca relativamente à acção do Marquês de Pombal é a de saber se existe ou não «modernidade» na sua actuação. Problema complexo, efectivamente, devido aos pontos de conflito existentes no Pombalismo. A análise de algumas considerações de João Lúcio de Azevedo — um dos primeiros grandes historiadores de Pombal e da sua época — comprovam-no com clareza. Logo no início da sua obra clássica, afirmava o historiador: «Como Tanucci e Aranda, Frederico o Grande e José II de Austria, quis a golpes de tagante desper-

tar a sua nação para a vida nova, que o fermentar das ideias, a meio do século XVIII, deixava obscuramente entrever.» Mas já noutro passo considerava: «Nenhum dos grandes ideais, que agitavam os cérebros pensantes da Europa, teve guarida no seu. Modelos foi-os buscar mais de cem anos atrás. Em assuntos económicos quis por mestre a Sully; em política tomou por guia Richelieu.» Nesta «contradição interpretativa» está realmente expressa com nitidez a dificuldade em entender o sentido da acção do ministro de D. José. E esta dificuldade persiste até hoje, se bem que novas concepções relativamente ao que pode ser entendido como «moderno» e «iluminado», resultantes de alguns estudos comparativos dos «despotismos esclarecidos», nos dêem uma outra visão do problema. É que não se pode entender por acções «iluminadas» no século XVIII certos padrões ideais de concepção de sociedade. As reformas têm de ser interpretadas em função das realidades e possibilidades dos lugares onde se verificam.

No caso concreto do Pombalismo poder-se-á dizer que a afirmação absolutista do Estado frente às ordens influentes — o clero e uma nobreza tradicionais, poderosas e privilegiadas — e ao poder de Roma, era já uma velha luta, que em Portugal também se vinha a verificar de forma mais ou menos clara. Mas o que parece haver de novo na acção de Pombal é sim o ritmo dessas reformas e a maneira coerente com que elas se apresentam. Com efeito, o Marquês levou a cabo todo um conjunto de acções no sentido de controlar os aparelhos existentes ou de criar novos para que esse controlo se verificasse, e isto tanto ao nível da administração como da ideologia e da cultura, ao mesmo tempo que levava a efeito uma acção concertada no sentido de abater a alta nobreza ou o clero ultramontano. A criação do Erário Régio, da Junta de Comércio, da Intendência de Polícia, da Real Mesa Censória, a reestruturação da Inquisição, a reforma da Universidade e a fundação de «Estudos Menores» na dependência do Estado e sob a sua orientação e apoio, assim como a formação da Imprensa Régia e da Imprensa da Universidade, a elaboração de uma legislação adequada aos objectivos centralizadores e a publicação de obras com o sentido de justificar ideologicamente as grandes medidas (de que são exemplo a Dedução Cronológica e Analítica ou o Compêndio Histórico), o processo dos Távoras e a expulsão dos Jesuítas provam-nos claramente a força, a extensão e a eficácia das medidas pombalinas. Pode dizer-se que então em Portugal a «política» e a «razão de Estado» atingiam uma verdadeira dimensão regalista e que, assim, pela sua dinâmica, estávamos perante verdadeiras e inovadoras reformas. E algo de idêntico será possível

dizer da política económica de Pombal. É certo que ela se inspira no mercantilismo e que está na continuação das medidas de um Conde de Ericeira, das considerações de um Duarte Ribeiro Macedo ou das intenções de um Alexandre de Gusmão ou de um D. Luís da Cunha, para não falar da gorada política das companhias de comércio que vem desde os fins do século XVI e que atinge particular significado no tempo de D. João IV. É por isso indubitável, digamos ainda (em síntese), que Pombal foi um colbertista tardio na época da fisiocracia. No entanto, parece ser também inquestionável que o Marquês, com a sua velha política de companhias monopolistas, com a sua relevante acção de fomento industrial, apesar de todas as suas limitações e arcaísmos, punha em prática uma acção económica até aí não atingida em Portugal, ao mesmo tempo que parecia apontar para uma concepção de sociedade diferente, em que a alta burguesia teria um papel fundamental e em que a actividade mercantil não prejudicava os pergaminhos de nobreza.

Parece-nos, portanto, que, quando desejamos apreciar o sentido do Pombalismo, não nos podemos ater, formalmente, à matriz das suas reformas, mas devemos ter sobretudo em conta o modo como elas foram levadas a efeito, o dinamismo e a extensão que atingiram. De resto, os próprios historiadores estrangeiros do «iluminismo» e do «despotismo esclarecido» têm sublinhado a força do reformismo pombalino. Matthew-Anderson considera Pombal como um dos exemplos mais típicos dos estadistas que procuraram romper com o passado e atacar os direitos adquiridos e as tradições seculares em proveito do Estado, Léo Gershoy chama-lhe o reformador «mais espectacular e dinâmico do século», enquanto François Bluche afirmava que o Ministro, no seu desejo de depuração eclesiástica e nobiliárquica, parecia «lutar contra o tempo e queimar etapas». Recordemos, apenas como exemplo significativo, que se a luta contra o ultramontanismo — que, para além de tudo o mais, os jesuítas representavam de modo exemplar — foi assumida no tempo por todos os governantes, em Portugal atingiu uma forma precoce e violenta, pois a expulsão da Companhia de Jesus foi aqui executada primeiro do que em outros Estados.

Mas, apesar das considerações que atrás apresentámos acerca do sentido que deve ter a reflexão sobre a avaliação da «modernidade» dos processos políticos do século XVIII, pode, naturalmente, subsistir a questão de saber até que ponto e em que sentido se deverá falar de «absolutismo iluminado» quando nos referimos ao período josefino-pombalino. E, embora aceitemos que, a nível metodológico, se deva recu-

sar um modelo «ideal» de «despotismo esclarecido», não podemos deixar de o «definir», ainda que de maneira ampla, para ser tomado como referência. Todavia, para isso, impõe-se que, num processo simultaneamente indutivo e comparativo, se proceda primeiro à análise das várias acepções de «despotismo esclarecido» para só depois reflectir de um modo mais sistemático sobre o conceito, como faz François Bluche, na sua obra *Le Despotisme Eclairé*.

Conforme as reflexões deste historiador francês, o «despotismo esclarecido» tem de compreender-se em função do «iluminismo» mas sem com ele se confundir. Expliquemos melhor: no século XVIII, embora no seguimento de reflexões que lhe são anteriores, acredita-se na Razão, pondo em questão certas concepções religiosas, luta-se pela tolerância, aspira-se à felicidade social, acredita-se no progresso, defende-se a liberdade e um projecto económico fisiocrático. E, embora com um sentido transitório, os «filósofos» parecem acreditar que, de momento, só os «déspotas» serão capazes de «reformular» a sociedade no sentido que idealizam. Por isso se deifica o Estado e se liberta a realidade política da influência da Igreja. Mas, este conjunto vago de ideias assume formas teóricas muito diferentes e, deste modo, conforme atrás sublinhámos, não existe um bloco cultural uniforme. O que é o «Iluminismo»? — é um problema constantemente em aberto desde que Kant escreveu o seu *Was ist Aufklärung?*, cuja resposta só se capta com a análise complexa da diversidade. Qu'est-ce que les Lumières? — foi o título que a revista *Dix-Huitième Siècle* deu ao seu número especial de 1978, em que investigadores de vários países procuraram esclarecer o sentido das «Luzes» na sua pluralidade. Palavras como «Enlightenment», «Lumières», «Aufklärung», «Illuminismo», «Ilustración», «Iluminismo», etc., não têm o mesmo significado. O «déspota esclarecido», por sua vez, não reflecte como um espelho plano estes universos teóricos, embora seja por eles influenciado de maneira mais ou menos evidente. Como escreve François Bluche: «Le prince que l'on dit éclairé n'est pas un libéral, un réformateur philanthrope qu'obsèdent la Raison, l'amour des hommes, la soif de la justice. Il n'est jamais un pur philosophe, ni tout à fait un physiocrate. Pourtant, sans le courant rationaliste de la fin du XVII^e siècle et sans les complicités 'philosophiques' de l'âge des Lumières, il est probable que le despotisme éclairé n'eût trouvé ni sa doctrine, ni son style, ni les formes indispensables à un rayonnement séculaire.»

E, portanto, tendo em conta reflexões deste tipo que se deve analisar o sentido do Pombalismo entendido como «absolutismo esclarecido». Terá de verificar-se até que ponto ele

reflecte o movimento das «Luzes» — e que movimento das «Luzes» — e até que ponto, o que é natural, o contradiz. Torna-se, pois, necessário, na continuação de alguns importantes estudos já elaborados, analisar estruturalmente o «iluminismo» português e estabelecer um confronto entre ele e a acção pombalina.

De qualquer forma, já estamos em posição de não cairmos em erros grosseiros. Assim, o facto de verificarmos que Pombal foi um colbertista não nos pode por si só levar a afastá-lo das concepções «iluminadas». Aliás os outros «déspotas esclarecidos» também se mantiveram ligados às concepções mercantilistas, ainda que começassem a sofrer influências fisiocráticas, que em Portugal parece terem irrompido com significado só depois do ministério de Pombal. De forma idêntica, não será pelas atitudes sanguinárias demonstradas pelo Marquês no processo dos Távoras ou no caso de Malagrida que lhe devemos recusar a classificação de «esclarecido». Em muitos casos se verifica que outros estadistas do tempo usaram processos desumanos — são as contradições próprias do «absolutismo iluminado». Por outro lado, não se poderá explicar essencialmente as medidas pombalinas da reforma da Inquisição, da abolição do tráfico de escravos na metrópole, ou, talvez mesmo, da distinção entre cristãos-velhos e cristãos-novos como reflexo puro das medidas humanitaristas de tipo «iluminado». Não dizemos que tais influências estavam de todo ausentes, mas tudo leva a crer que são razões «práticas» — respectivamente, o controlo da Inquisição pelo Estado, a necessidade de que os escravos negros acorressem ao Brasil e a libertação de peias obsoletas à liberdade de investimento —, mais do que razões «filosóficas», que levam o Ministro a tais posições. Estas eram demonstradas pelos intelectuais e não tanto pelos estadistas — é o caso de Pascoal de Melo Freire que criticará o regimento inquisitorial pombalino de 1774 propondo um novo, esse sim, pautado pelas concepções humanitaristas do iluminismo, em consonância com as teorias de Verney e até de Beccaria e Filangieri. Enfim, digamos que, em face de investigações mais científicas, estamos em altura de superar o problema, que resulta sobretudo da interpretação de Oliveira Martins, seguida pela escola integralista, se bem que tenha origem nas concepções tradicionalistas anteriores, de saber se o Pombalismo foi um simples fenómeno de importação. Apesar de não se duvidar de algumas influências estrangeiras, é hoje inquestionável que a acção do Marquês tem de se considerar numa dimensão nacional, explicando-a em função das potencialidades e das possibilidades portuguesas.

Pelo ângulo positivo já estamos também em posição para afirmarmos que as concepções teóricas do galicanismo, que se difundiam simultaneamente, por essa altura, nos diversos países da Europa, se sentiam de modo evidente em Portugal, e neste caso não só ao nível das concepções dos intelectuais, de que é exemplo mais frisante António Pereira de Figueiredo, mas também da acção do Estado. O acolhimento oficial, que têm as teses dos jusnaturalistas — Grotius, Pufendorf, Wolff — e do experimentalismo mostram-nos bem, por outro lado, que, efectivamente, é um facto a abertura de Portugal às doutrinas que até aí tinham sido consideradas heterodoxas. Ao mesmo tempo verifica-se a censura de obras de cunho místico, sobretudo aquelas que se pensavam estarem ligadas aos jesuítas, como era o caso das obras sebastianistas. Aliás, o próprio Pombal, em relação à explicação do Terramoto, encarnou a corrente que o considerava como resultante de factores naturais, opondo-se a toda a forma de interpretação mística e providencialista que tiraria força à sua imensa obra de reestruturação do país destruído.

Estas constatações de ordem geral podem ser detectadas através de uma análise atenta de estudos diversos, alguns de reconhecido valor, que têm sido elaborados ao longo dos anos, e confrontadas com novas investigações. Todavia, escasseiam ainda pesquisas sistemáticas que é urgente fazer. Apenas um simples exemplo para verificarmos as carências apesar de tudo ainda existentes na historiografia pombalina — a Dedução Cronológica, que constitui uma das obras mais representativas da ideologia oficial, nunca foi objecto de uma análise profunda e detalhada. Mas torna-se importante, para além do estudo de temas deste tipo ou da análise mais profunda — na continuação de alguns estudos existentes — da Real Mesa Censória, ou do pensamento de certos intelectuais mais relevantes do tempo do Marquês, levar a efeito investigações doutro género, como por exemplo, o conhecimento do movimento editorial português, das imprensas oficiais e particulares, no seu relacionamento com o público leitor, ou a análise da linguagem, manifestada, por exemplo, na legislação pombalina, cujo estudo se impõe com enfoques diversos.

Em alguns campos fundamentais — como o da economia, o da teoria política, o da pedagogia e o da arte e do urbanismo — já existem felizmente algumas obras importantes que nos revelam com rigor o sentido da actuação do Marquês de Pombal. Todavia, no terceiro caso ainda está por fazer uma interpretação estrutural da reforma pombalina da Universidade, tendo em conta sobretudo o confronto com todo o movimento

de reformas pedagógicas que foram ensaiadas nas Universidades estrangeiras, ou à sua margem, sem o que não se poderá verdadeiramente avaliar o alcance e o sentido de uma das medidas culturais mais relevantes do Pombalismo, cuja importância pode ser atestada pelos seus efeitos entre nós e pelo interesse que suscitou no tempo entre políticos e intelectuais «iluminados» de vários países europeus.

Importa, pois, conhecer em toda a sua extensão o movimento cultural e ideológico português do terceiro quartel do século XVIII, em confluência ou em divórcio com a acção do Estado. Só após essa pesquisa global poderemos interpretar o significado do «despotismo esclarecido» pombalino, que, segundo parece, se deverá inserir — conforme já apontou Cabral de Moncada, tendo em conta sobretudo a análise que fez de Verney — na esfera do iluminismo católico, com nítido repúdio das concepções mais avançadas do iluminismo francês. O recurso frequente a autores e a professores italianos e a censura dos «filósofos» franceses, quer se trate de Bayle, de Montesquieu, de Voltaire ou de Rousseau, parecem comprovar tal suposição. Aliás Pombal não parece ter tido contactos com os «iluminados» da França, como aconteceu com alguns dos mais representativos monarcas e ministros do tempo.

Chegámos ao fim destas nossas breves reflexões introdutórias e continuamos a interrogar-nos: qual o significado do «Pombalismo»?

Para se responder a esta questão só existe um processo capaz — o da História-Ciência. Esperemos, pois, que o 2.º Centenário da Morte do Marquês de Pombal tenha o condão de estimular investigações sistemáticas que ajudem a dar uma resposta mais cabal a esta questão que, apesar de tudo, permanece em aberto.

A Revista de História das Ideias aqui deixa o seu contributo. Para tal foi nossa preocupação contactar um número apreciável de investigadores que se têm dedicado ou que se estão a dedicar ao estudo da acção de Pombal e do seu tempo, ou que episodicamente reflectiram sobre algum tema com ele relacionado. Não abordámos todos, sem dúvida, mas estamos certos de ter procurado a colaboração de muitos, ao mesmo tempo que abrimos as portas àqueles que se lhes quiseram juntar. E foi nossa intenção chegar junto de investigadores de formação diversa e de intérpretes de variadas concepções de História. Aqui seguem os seus artigos, dispostos segundo a ordem temática que entendemos mais lógica.

Cumpre-nos agradecer às instituições que apoiaram esta publicação e a todos os colaboradores que possibilitaram que ela se realizasse, bem como também àqueles que só por total impossibilidade não lhe puderam dar o seu contributo. Quere-mos, em especial, deixar aqui uma palavra de pesar pelo falecimento, no presente ano, do Doutor António Alberto Banha de Andrade, historiador de aspectos culturais e pedagógicos pombalinos, de cuja colaboração nos vimos infelizmente privados.

O desejo de publicar esta série de estudos durante o ano das Comemorações e percalços de vária ordem impediram uma perfeita uniformização de critérios na sua apresentação. O leitor decerto compreenderá, pois, algum desajustamento formal que virá a encontrar. Mas evidentemente que ela terá também, ao nível da coordenação, muitas lacunas. Só a experiência nos revela afinal os caminhos a seguir em obras deste tipo. Cre-mos, porém, que um objectivo terá sido alcançado — colocar nas mãos do leitor um testemunho científico que o ajudará a compreender melhor o Marquês de Pombal e o seu tempo. Pensamos ser esta uma das formas mais válidas para celebrar o 2.º Centenário da Morte do Ministro de D. José.

Luís Reis Torgal